



INSTITUTO DE FILOSOFIA & CIÊNCIAS HUMANAS  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – 19 (\*)  
1º. Semestre de 2006

**DISCIPLINA**

CÓDIGO / TURMA NOME

HH381A História Moderna I

PRÉ-REQUISITOS

HH 183 / AA 200

**CARGA HORÁRIA:** (Nº DE HORAS POR SEMANA)

TEORIA 04	PRÁTICA 00	LABORATÓRIO 00	ORIENTAÇÃO 00	ESTUDO
ATIVIDADE À DISTÂNCIA:			HORAS AULA EM SALA	04

**CRÉDITOS:**

**04**

**HORÁRIO:**

2ªf. 08h00 às 10h00  
4ªf. 10h00 às 12h00

**PROFESSOR (A) RESPONSÁVEL**

**CONTATO:**

Paulo Miceli

PED: I ( ) ou II ( )

PAD

**EMENTA**

Estudo da constituição e características da sociedade moderna (séculos XV - XVII) por meio da revisão crítica da historiografia sobre o período e da análise de documentos

**PROGRAMA**

O curso de História Moderna I, tradicionalmente, tem sido dedicado à análise da historiografia relativa ao final da Idade Média e início dos chamados Tempos Modernos. A multiplicidade dos temas que podem ser considerados no tratamento da questão – associada à abundância dos trabalhos historiográficos a ela dedicados – exige escolhas iniciais. Mais ainda, a importância de que os alunos sejam postos em contato, desde o início de sua formação, com algumas das mais importantes *escolas* historiográficas, aconselha que as opções dos historiadores sejam explicitadas quando da análise de seus textos, sem hierarquias ditadas por preferências ou preconceitos.

Essas questões orientaram a seleção da bibliografia inicial e os temas indicados para os seminários e trabalhos escritos; a primeira, assentada em amplas e quase horizontais construções de contextos históricos; os segundos, destinados à verticalização e

aprofundamento de temas e abordagens. O objetivo dessas escolhas é fornecer aos alunos elementos que permitam desenvolver uma espécie de erudição, indispensável ao trabalho historiográfico e à atividade docente.

Quando trataram do processo de formação do capitalismo, Marx e Engels escreveram que “com a descoberta da América e a circunavegação da África abriram-se para a burguesia, em ascensão, novas possibilidades. A Índia e a China, com vastos mercados, a América em processo de colonização, o ativo comércio das colônias, a evolução fantástica dos mecanismos de troca e o aumento das mercadorias, em geral, são os fatores que determinaram o desenvolvimento jamais antes verificado, do comércio, da navegação, da indústria, acarretando conseqüentemente a aceleração do processo revolucionário no bojo da já combalida sociedade feudal”. Mais ainda, a “descoberta da América propiciou terreno para que a indústria moderna criasse seu mercado mundial, o qual, naturalmente, provocou um prodigioso desenvolvimento do comércio, da navegação e dos meios de comunicação”.<sup>1</sup>

Transformado em cenário fundamental da História, o mar tornou-se objeto de muitas disputas e rivalidades, já que as viagens de expansão e da conquista tiveram nos interesses econômicos seu motor principal. Por isso, o direito de cada nação de poder servir-se das rotas oceânicas, de acordo com seus interesses e necessidades – além dos conflitos armados –, resultou em interessante batalha jurídica. De um lado, pôs-se o holandês Hugo Grotius (1583-1645), chamado o *pai do direito das gentes*. Grotius – que imaginou um Estado formado pelo livre consentimento dos homens à busca de segurança –, no livro *De jure belli ao Pacis* (1625), considerava que, assim como o ar, o mar deveria ser livre para todos os países. Nada, portanto, poderia ser obstáculo à navegação, responsável pela comunicação entre os povos. No último capítulo do livro, propugnando pelo *Mare liberum*, o jurista defendeu o direito dos holandeses de praticarem o comércio com as Índias, afirmando que “se a iniquidade dos inimigos nos obriga a fazer a guerra, a justiça deve nos dar a esperança e a confiança de um resultado feliz. Assim, se é necessário, levanta-te, nação invencível no mar, e combate audaciosamente por tua liberdade e por aquela da espécie humana”.<sup>2</sup>

Às idéias de Grotius o inglês Selden opôs sua teoria do *Mare clausum* (1635), pretendendo demonstrar que, segundo o direito natural, segundo o direito das gentes, do mesmo modo que a terra, o mar poderia transformar-se em propriedade privada. Por esta razão, o rei da Grã-Bretanha era legítimo senhor dos mares que circundavam o império britânico. Para sustentar suas idéias, Selden “buscou provas nas histórias de Noé e seus filhos, recolhendo sua *jurisprudência* nos textos hebreus e latinos do livro de *Gênese*, dos *Salmos*, no *Deuteronômio*, nas profecias de Isaías, Ezequiel e outros, sem dispensar a mitologia, já que Netuno era um rei que possuía o domínio privado de todos os mares... Selden ainda considerava que, diante da impossibilidade de traçar limites aparentes sobre os mares, os paralelos e meridianos eram tão boas fronteiras quanto os fossos e muralhas, o que justificava a guerra contra os holandeses”.<sup>3</sup>

Enquanto o debate jurídico prosseguia, sem resultados práticos e alimentado pelos interesses de cada parte envolvida, no mundo menos idealizado da História, o direito ao

mar sempre dependeu, diretamente, das forças humanas e materiais com que cada nação lançou-se à conquista – e defesa – de seus espaços. Além de ser responsável pela formação do mercado mundial capitalista, esse largo processo – que o historiador francês Fernand Braudel chamou de “proeza do Ocidente”<sup>4</sup> – resultou em novo e duradouro desenho das relações entre as várias regiões do planeta, já que “a conquista do mar alto deu à Europa a sua primazia universal, e isto durante séculos. A técnica, desta vez – a navegação do mar alto – criou uma *assimetria* à escala mundial, um privilégio”.<sup>5</sup> Para um dos mais respeitados especialistas em história do Renascimento, as viagens “significaram, no contexto da civilização ocidental, a vitória duradoura do mar”.<sup>6</sup> Graças a esta conquista, em troca da prata, do ouro, do anil, da cochinhila e do açúcar, “a Espanha, Portugal e logo depois a Inglaterra exportaram técnicas, livros, homens. Pois o Renascimento foi também o nascimento de Europas fora da Europa”.<sup>7</sup>

Importa, portanto, dedicar esforço especial ao estudo dessa(s) Europa(s) que nasceram “fora da Europa”, a começar pelos próprios ambientes europeus que estenderam suas influências à escala do planeta, afinal circunscrito e dado a conhecer. Por razões óbvias, um dos principais resultados desse vasto processo de expansão e conquista foi o desenvolvimento da cartografia, de importância estratégica para sua própria viabilização, razão pela qual o curso propõe, como conclusão, um tratamento mais detalhado de um tema pouquíssimo considerado nos cursos de graduação em História.

#### **PLANO DE DESENVOLVIMENTO**

Os seminários serão baseados em leituras orientadas, imediatamente desenvolvidas a partir do trabalho com a bibliografia básica e a escolha dos livros/temas pelos alunos.

1. N. Maquiavel, *O príncipe*;
  2. J. Burckhardt, *A civilização do Renascimento italiano*;
  3. Christopher Hibbert, *Ascensão e queda da Casa dos Medici – O Renascimento em Florença*;
  4. François Rabelais, *Gargantua e Pantagrue*;
  5. Lucien Febvre, *O problema da descrença no século XVI*;
  6. Erasmo, *Elogio da loucura*;
  7. Thomas Morus, *Utopia*;
  8. Seminário temático: “As viagens da expansão e conquista”;
- Seminário temático: A cartografia do Renascimento.
-

## **BIBLIOGRAFIA**

- <sup>1</sup> MICELI, Paulo. “Civilizações encontram fonte de vida e morte”, cit., p. D – 18.
- <sup>1</sup> MICELI, Paulo. “Civilizações encontram fonte de vida e morte”, *In: O Estado de S. Paulo* – Caderno Especial – Oceanos, São Paulo, 31 de dezembro de 1995, p. D – 18.
- <sup>1</sup> BRAUDEL, Fernand. *Civilização material e capitalismo – séculos XV-XVIII*. Tradução: Maria Antonieta Magalhães Godinho, Lisboa, Editora Cosmos, 1970, p. 332.
- <sup>1</sup> *Idem, ibidem.*
- <sup>1</sup> DELUMEAU, Jean. *A civilização do Renascimento*, Lisboa, Editorial Estampa, 1981, v. 1, p. 83.

### **Bibliografia básica inicial**

- ANDERSON, Perry. *El Estado absolutista*, México, Siglo Veinteuno Editores, 1979. (Há tradução portuguesa da Editora Brasiliense e da Ed. Afrontamento)
- BRAUDEL, Fernand. *Civilização material e capitalismo – séculos XV – XVIII*, v. 1, Lisboa, Editora Cosmos, 1970.
- DELUMEAU, Jean. *A civilização do Renascimento*, 2 v. Trad. Manuel Rua, Lisboa, Editorial Estampa, 1984.
- MARX, Karl. “A chamada acumulação primitiva”, *In: O capital – crítica da economia política*, livro 1, cap. 24 (Há várias edições que poderão ser utilizadas pelos alunos)
- MICELI, Paulo. *O ponto onde estamos – viagens e viajantes na história da expansão e da conquista – Portugal, séculos XV-XVI*, 3 ed., Campinas, Editora da Unicamp, 2002.
- MORINEAU, Michel. *O século XVI – 1492 – 1620*, Lisboa, Ed. D. Quixote.
- WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, São Paulo, Pioneira, 1967.

### **FORMAS DE AVALIAÇÃO**

--

### **HORÁRIO DE ATENDIMENTO A ALUNOS**

--